



**VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL NA
CAPITAL DO ESTADO DO AMAZONAS:
UMA ANÁLISE DO AUMENTO
PROGRESSIVO DOS REGISTROS DE
OCORRÊNCIA CRIMINAIS**

**CHILD AND YOUTH VIOLENCE IN THE CAPITAL
OF THE STATE OF AMAZONAS: AN ANALYSIS OF
THE PROGRESSIVE INCREASE IN CRIMINAL
OCCURRENCE RECORDS**

**VIOLENCIA INFANTIL Y JUVENIL EN LA
CAPITAL DEL ESTADO DE AMAZONAS: UN
ANÁLISIS DEL AUMENTO PROGRESIVO DE LOS
INFORMES DE INCIDENTES DELICTIVOS**

JULIANA GOMES TUMA¹

MAURIDES MACÊDO²

JÉSSICA PAINKOW ROSA CAVALCANTE³

Como citar este artigo:

TUMA, Juliana Gomes;
MACÊDO, Maurides;
CAVALCANTE,
Jéssica Painkow Rosa.
Violência Infanto-
Juvenil na Capital do
Estado do Amazonas:
uma análise do aumento
progressivo dos registros
de ocorrência criminais.

**Revista de Direito
Socioambiental -
REDIS,**

Morrinhos, Brasil,
v. 04, n. 01, jan./jul.
2026, p. 115-136.

Data da submissão:
29/03/2026

Data da aprovação:
10/05/2026

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o aumento progressivo dos registros de ocorrências criminais relacionadas à violência infanto-juvenil na capital do Estado do Amazonas, Manaus, entre os anos de 2020 e 2024. Utilizando dados da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) e do Disque 100, a pesquisa busca compreender as tendências de crescimento nas denúncias de violência contra crianças e adolescentes, identificando possíveis causas e implicações desse aumento. A análise considera fatores socioeconômicos, como a pobreza, a desigualdade e a falta de acesso a serviços públicos de qualidade, que podem contribuir para a vulnerabilidade dessa população. Além disso, o estudo explora o impacto das campanhas educativas e dos programas de apoio, como o

¹ Mestranda em Direitos Humanos, PPGIDH/UFG. E-mail de contato: julianagomestuma@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/8275680461997538>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3242-2975>.

² Professora do PPGIDH/UFG. Professora titular aposentada da UFG. E-mail de contato: maurides.macedo@ufg.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/8107202394331830>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1279-8254>.

³ Doutora em Direito Público. Professora do curso de Direito da UNITINS – Campus Dianópolis. Advogada. E-mail de contato: jessicapainkow@hotmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/4024280261959707>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6325-5735>.



Disque 100, na conscientização da população e no aumento das denúncias. O trabalho discute também a subnotificação e as dificuldades associadas ao reconhecimento e ao registro de casos de abuso e negligência. A pesquisa conclui que o aumento nos registros reflete tanto a maior conscientização da população quanto o agravamento da violência infanto-juvenil, exigindo medidas mais eficazes de proteção e políticas públicas para garantir os direitos das crianças e adolescentes em Manaus.

Palavras-chave: Violência. Criança. Adolescente. Subnotificação. Prevenção.

ABSTRACT

This study aims to analyze the progressive increase in criminal incident records related to child and adolescent violence in the capital of the State of Amazonas, Manaus, between the years 2020 and 2024. Using data from the Specialized Police Department for the Protection of Children and Adolescents (DEPCA) and Disque 100, the research seeks to understand the growth trends in reports of violence against children and adolescents, identifying possible causes and implications of this increase. The analysis considers socioeconomic factors, such as poverty, inequality, and lack of access to quality public services, which may contribute to the vulnerability of this population. Furthermore, the study explores the impact of educational campaigns and support programs, such as Disque 100, on raising public awareness and increasing reports. The paper also discusses underreporting and the difficulties associated with recognizing and recording cases of abuse and neglect. The research concludes that the increase in reports reflects both greater public awareness and the worsening of child and adolescent violence, requiring more effective protection measures and public policies to guarantee the rights of children and adolescents in Manaus.

Keywords: Violence. Child. Adolescent. Underreporting. Prevention.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar el aumento progresivo de los registros de ocurrencias criminales relacionadas con la violencia infanto-juvenil en la capital del Estado de Amazonas, Manaus, entre los años 2020 y 2024. Utilizando datos de la Comisaría Especializada en Protección al Niño y al Adolescente (DEPCA) y del Disque 100, la investigación busca comprender las tendencias de crecimiento en las denuncias de violencia contra niños y adolescentes, identificando posibles causas e implicaciones de este aumento. El análisis considera factores socioeconómicos, como la pobreza, la desigualdad y la falta de acceso a servicios públicos de calidad, que pueden contribuir a la vulnerabilidad de esta población. Además, el estudio explora el impacto de las campañas educativas y de los programas de apoyo, como el Disque 100, en la concientización de la población y en el aumento de las denuncias. El trabajo también discute la subnotificación y las dificultades asociadas al reconocimiento y al registro de casos de abuso y negligencia. La investigación concluye que el aumento en los registros refleja tanto una mayor concientización de la población como el agravamiento de la violencia infanto-juvenil, exigiendo medidas más eficaces de protección y políticas públicas para garantizar los derechos de los niños y adolescentes en Manaus.

Palabras clave: Violencia. Niño. Adolescente. Subnotificación. Prevención.

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é uma problemática social grave, que reflete desigualdades estruturais, ausência de políticas públicas eficazes e fragilidades institucionais. Em Manaus, a capital do Amazonas, os registros de ocorrências de violência infanto-juvenil mostram um crescimento alarmante, exigindo uma atenção mais ampla de toda a sociedade. Este trabalho busca analisar os dados recentes sobre a violência contra crianças e adolescentes em Manaus, destacando as implicações da subnotificação e a importância de campanhas educativas para combater este problema. Minayo (2017) pontua que a violência contra crianças e adolescentes é um reflexo de desigualdades sociais e fragilidades institucionais, que demandam políticas públicas específicas e efetivas.

A necessidade de compreender e enfrentar a violência infanto-juvenil em Manaus é premente, considerando os dados alarmantes que evidenciam a gravidade da situação. Em 2024, foram registrados mais de 4 mil boletins de ocorrência relacionados à violência doméstica infantil, maus-tratos, negligência, abandono e estupro de crianças e adolescentes na cidade. Esses números refletem não apenas a vulnerabilidade das crianças e adolescentes, mas também a urgência de intervenções eficazes que visem à proteção e ao bem-estar desse grupo populacional (DEPCA-AM, 2025).

Esse crescimento no número de registros, contudo, não deve ser interpretado exclusivamente como um agravamento da violência, mas sim como um reflexo da maior visibilidade desses crimes, impulsionada por um avanço no combate à subnotificação. A ampliação dos canais de denúncia, a implementação de políticas públicas voltadas à proteção da infância e a atuação mais efetiva das forças de segurança e órgãos de proteção têm incentivado vítimas e testemunhas a reportarem casos que antes permaneciam ocultos.

A cultura do silêncio, antes dominante em muitos contextos familiares e comunitários, tem sido desafiada por campanhas educativas e ações institucionais que encorajam a denúncia. O fortalecimento da rede de proteção à infância, por meio de iniciativas como o Disque 100, o atendimento especializado nas delegacias e o trabalho de organizações da sociedade civil, tem sido essencial nesse processo. No entanto, embora o número de registros tenha aumentado, isso não significa necessariamente uma diminuição proporcional da violência, pois as condições estruturais do Amazonas ainda dificultam a responsabilização efetiva dos agressores.

O aumento contínuo dos registros de violência contra crianças e adolescentes em Manaus levanta questões cruciais sobre os fatores que contribuem para essa escalada e sobre a eficácia das políticas públicas existentes. Entre 2009 e 2016, foram notificados 2.200 casos de violência contra esse público no estado do Amazonas, com uma taxa de 149,1 casos por 100 mil habitantes na capital.

Esses dados sugerem possíveis lacunas nos sistemas de proteção e na implementação de medidas preventivas, além de apontarem para a necessidade de uma análise aprofundada das circunstâncias que permeiam essa violência (Oliveira et al., 2020).

A subnotificação é um fator estrutural que distorce a verdadeira dimensão da violência infanto-juvenil. Muitas vítimas e suas famílias, por medo, vergonha ou dependência emocional e financeira do agressor, não denunciam os casos às autoridades competentes.

A subnotificação em casos de violência contra crianças é atribuída a barreiras estruturais, como dependência emocional, medo de retaliação e falta de confiança nas autoridades competentes (Silva et al., 2020).

Entre as principais razões para a subnotificação estão a dependência emocional e financeira, o medo de retaliações, a desconfiança nas Instituições e a desinformação e desconhecimento de Direitos. Muitas crianças e adolescentes estão inseridos em contextos onde o agressor é uma figura de autoridade ou provedor econômico, como pais, padrastos ou parentes próximos, criando barreiras emocionais e práticas para a denúncia.

A falta de confiança nas autoridades e a percepção de que o sistema de proteção pode ser ineficaz ou demorado também desestimula as denúncias. Muitas famílias não sabem como ou onde procurar ajuda. A falta de campanhas educativas em comunidades vulneráveis contribui para a perpetuação do silêncio.

Este estudo tem como objetivo principal analisar o aumento progressivo dos registros de ocorrências criminais envolvendo violência infanto-juvenil na capital do Estado do Amazonas, Manaus. Especificamente, busca-se: Analisar a evolução temporal dos registros de ocorrências criminais relacionadas à violência infanto-juvenil, visando compreender tendências e possíveis fatores associados ao aumento desses casos; Avaliar a eficácia das políticas públicas e dos mecanismos de proteção existentes, identificando desafios e propondo melhorias para a prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em Manaus.

Ao abordar essas questões, espera-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes, além de sensibilizar a sociedade e os gestores públicos sobre a importância de ações integradas e contínuas no combate à violência infanto-juvenil.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e quantitativa de caráter descritivo e exploratório. A abordagem qualitativa é adotada para compreender os fatores socioculturais e econômicos que contribuem para o aumento da violência infanto-juvenil em Manaus. Já a abordagem

quantitativa é utilizada para analisar os dados estatísticos referentes aos registros de ocorrências criminais, possibilitando a identificação de padrões e tendências ao longo dos anos.

A escolha por uma abordagem mista se justifica pela necessidade de compreender o fenômeno da violência infanto-juvenil de forma ampla, considerando tanto os números que refletem a realidade da capital amazonense, quanto os fatores sociais, culturais e institucionais que impactam esses registros. O uso de dados secundários de fontes oficiais garante confiabilidade e respaldo científico ao estudo, enquanto a análise qualitativa possibilita a construção de uma visão mais abrangente sobre as dinâmicas sociais que contribuem para esse problema crescente.

Além disso, esta pesquisa visa contribuir com a produção científica acerca da violência infanto-juvenil na região Norte do Brasil, auxiliando na formulação de estratégias de prevenção e combate à violência contra crianças e adolescentes.

1 A VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL

A violência infanto-juvenil é um fenômeno que impacta profundamente a sociedade, comprometendo o desenvolvimento das crianças e adolescentes e refletindo-se em uma série de consequências emocionais, físicas e sociais. Esse tipo de violência pode assumir diversas formas, incluindo abuso físico, psicológico, sexual, negligência e exploração, e é caracterizada por um ciclo complexo de fatores socioeconômicos, familiares, culturais e estruturais que, muitas vezes, ficam interligados. Com o aumento dos registros de violência contra crianças e adolescentes em diferentes contextos e regiões do Brasil, torna-se imperativo discutir as causas, as consequências dessa violência, bem como as abordagens adotadas para seu enfrentamento (Oliveira et al., 2020).

Simbine (2023) define a violência infanto-juvenil como qualquer forma de agressão praticada contra crianças e adolescentes, capaz de provocar danos físicos ou psicológicos. Essa violência pode assumir diferentes manifestações, entre as quais se destacam a violência física, caracterizada pelo uso da força corporal contra a vítima, incluindo agressões, espancamentos e queimaduras; a violência psicológica, que ocorre por meio de atitudes capazes de gerar sofrimento emocional, como ameaças, humilhações e práticas de isolamento social; e o abuso sexual, que corresponde a qualquer ato de exploração ou contato sexual forçado, deixando marcas profundas e duradouras no desenvolvimento psicológico da criança ou adolescente.

Outra modalidade identificada é a negligência, marcada pela omissão de pais ou responsáveis em relação às necessidades básicas de sobrevivência e desenvolvimento, como a alimentação, a educação e o acesso à saúde. Soma-se ainda a exploração infantil, que se verifica na utilização de crianças para fins lucrativos, seja no trabalho precoce ou na exploração sexual

comercial. Assim, a violência contra crianças e adolescentes apresenta múltiplas facetas, todas elas com graves repercussões no bem-estar, na dignidade e na formação integral desses sujeitos em desenvolvimento.

A violência infanto-juvenil não se limita a uma única forma, mas frequentemente ocorre de maneira combinada, agravando ainda mais as consequências para as vítimas.

A violência contra crianças e adolescentes é resultado de uma complexa interação de fatores individuais, familiares, sociais e culturais. Vários estudos indicam que as causas da violência infanto-juvenil estão profundamente ligadas às condições de vulnerabilidade em que as crianças se encontram, como as que derivam da pobreza, da exclusão social e da desigualdade econômica (Nascimento; Deslandes, 2016).

As condições de pobreza e desigualdade social são fatores determinantes para o aumento da violência infanto-juvenil. De acordo com Olivera *et al.* (2020), a pobreza é um dos maiores catalisadores da violência, pois ela cria um ambiente de estresse nas famílias, o que pode resultar em negligência, abusos físicos e psicológicos. Crianças que crescem em condições de pobreza, especialmente nas regiões mais periféricas das cidades, estão expostas a uma maior probabilidade de violência, tanto dentro de suas casas quanto nas ruas.

A falta de acesso a serviços de saúde, educação de qualidade e lazer também agrava essa situação, criando um ciclo de exclusão que perpetua as condições de vulnerabilidade e aumenta o risco de envolvimento em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e o trabalho infantil (Simbine, 2023). Além disso, a desigualdade econômica acentua as tensões sociais, gerando um ambiente propício para o aumento das ocorrências de violência.

A violência familiar, especialmente o abuso físico e sexual, é uma das formas mais comuns de violência contra crianças e adolescentes. A desestruturação familiar, com a presença de conflitos conjugais, abuso de substâncias psicoativas e negligência parental, está diretamente ligada ao aumento dos casos de violência infanto-juvenil (Vieira, 2015). Em muitas situações, os responsáveis pela criança, ao estarem imersos em situações de estresse econômico e emocional, projetam suas frustrações nas vítimas mais vulneráveis da família.

A violência doméstica é um fator preponderante que pode afetar gravemente o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças, muitas vezes resultando em traumas permanentes (Oliveira et al., 2020). Estudos como os de Simbine (2023) e Vieira (2015) apontam que crianças que testemunham ou vivenciam violência doméstica têm mais chances de reproduzir esse comportamento em suas vidas adultas, criando um ciclo intergeracional de violência.

A cultura de violência, que normaliza o uso da agressão como forma de resolução de conflitos, é outro fator importante para a perpetuação da violência infanto-juvenil. Em algumas comunidades, especialmente aquelas com altos índices de desigualdade social, a violência é vista como uma maneira legítima de resolver disputas ou impor poder (Oliveira et al., 2020). Em alguns casos, essa percepção é transmitida para as crianças desde a primeira infância, resultando em uma normalização da violência.

Além disso, a exposição a conteúdos violentos na mídia e nas redes sociais também tem sido associada ao aumento da agressividade entre jovens, exacerbando a violência no contexto social. A associação entre o consumo de mídia violenta e o aumento de comportamentos agressivos foi observada em vários estudos (Simbine, 2023). A violência também se manifesta de maneira simbólica, como no caso do bullying escolar, que pode afetar emocionalmente as vítimas e resultar em danos psicológicos significativos (Vieira, 2015).

As consequências da violência infanto-juvenil são devastadoras, não apenas para as vítimas imediatas, mas também para a sociedade como um todo. As crianças que vivenciam ou testemunham violência enfrentam sérias dificuldades no desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Segundo Oliveira *et al.* (2020), os efeitos da violência podem resultar em transtornos psicológicos, como depressão, transtornos de ansiedade, estresse pós-traumático e dificuldades de relacionamento interpessoal.

Além disso, a violência infanto-juvenil pode levar a problemas de saúde de longo prazo, incluindo distúrbios alimentares, uso de substâncias psicoativas, doenças sexualmente transmissíveis e dificuldades no acesso à educação (Simbine, 2023). As crianças e adolescentes que são vítimas de violência muitas vezes apresentam dificuldades em seu desempenho escolar, o que limita suas oportunidades futuras e perpetua o ciclo de pobreza e exclusão social.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração desta pesquisa, foram utilizadas fontes oficiais de dados da DEPCA, com ênfase nos registros de Boletins de Ocorrência (BOs) que envolvem casos de violência contra crianças e adolescentes na cidade de Manaus e em outras regiões do estado do Amazonas. O período analisado compreende os anos de 2020 a 2024, a fim de identificar tendências recentes e avaliar a evolução dos índices de violência infanto-juvenil.

Além dos dados quantitativos extraídos da DEPCA, foram examinadas iniciativas governamentais e de organizações não governamentais voltadas à proteção da infância e adolescência.

Para tanto, foram analisadas campanhas institucionais de conscientização sobre a violência infantil, programas de assistência social e psicológica às vítimas e políticas públicas implementadas para a mitigação dos casos de violência infanto-juvenil.

Entre as principais iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, destacam-se ações de caráter nacional e local que buscam tanto a denúncia quanto a prevenção dessas práticas. O Disque 100 (Disque Direitos Humanos) constitui um dos instrumentos mais relevantes nesse contexto, funcionando como um canal de atendimento nacional coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Seu objetivo é receber e encaminhar denúncias, inclusive de forma anônima, relativas a violações de direitos humanos, abrangendo casos de abusos e maus-tratos cometidos contra menores de idade.

Outra frente importante é representada pelas campanhas educativas, que desempenham papel fundamental na sensibilização da sociedade. Entre elas, destaca-se o programa “Faça Bonito: Proteja Nossas Crianças e Adolescentes”, realizado anualmente em parceria entre o governo federal e diversas instituições, com foco na mobilização social e na conscientização sobre os direitos da infância e adolescência. Além disso, iniciativas promovidas em âmbito regional, como as campanhas da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), reforçam a necessidade de difusão de informações e de fortalecimento das redes de proteção, contribuindo para a construção de uma cultura de prevenção e de enfrentamento à violência infanto-juvenil.

A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa). O estudo quantitativo se concentrou na análise dos dados de registros de ocorrências, permitindo verificar a variação estatística e a distribuição geográfica da violência infanto-juvenil no Amazonas. Já a parte qualitativa visou contextualizar os números coletados, identificando possíveis causas para o aumento ou redução da violência infanto-juvenil, bem como o impacto das políticas de combate e apoio às vítimas.

A metodologia adotada permitiu não apenas compreender a evolução dos índices criminais contra crianças e adolescentes no estado do Amazonas, mas também relacionar esses números com os fatores sociais e econômicos da região. Dessa forma, o estudo buscou não apenas quantificar a violência infanto-juvenil, mas também analisar qualitativamente os mecanismos de enfrentamento, as fragilidades institucionais e as possíveis lacunas nas políticas públicas voltadas à proteção da infância e juventude.

Mais além, a pesquisa incorporou um levantamento e análise crítica das iniciativas de campanhas educativas e programas de apoio existentes, buscando compreender a sua eficácia na

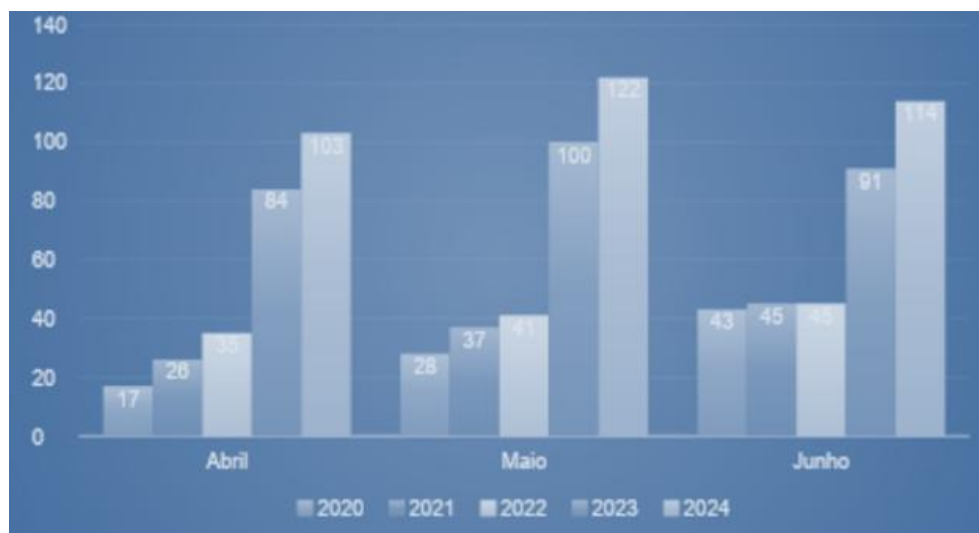
conscientização da população sobre o problema e na mitigação da violência. O estudo também investigou o papel do Disque 100, serviço essencial para a denúncia de abusos e violência contra crianças e adolescentes, avaliando a frequência e a natureza das denúncias registradas no período analisado (2020-2024).

Por fim, o capítulo de livro buscou articular dados e evidências empíricas para fornecer uma visão ampla da problemática da violência infanto-juvenil na cidade de Manaus-AM. Assim, a pesquisa pretende oferecer subsídios científicos para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes na prevenção da violência e na proteção dos direitos das crianças e adolescentes no contexto da capital amazonense.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados foram obtidos a partir dos registros da DEPCA da capital do Amazonas, cobrindo os meses de abril, maio e junho dos anos de 2020 a 2024. A análise seguiu uma abordagem quantitativa, identificando tendências e correlações entre os números de denúncias. Os dados revelam um aumento significativo nas denúncias ao longo dos anos, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Denúncias da DEPCA



Fonte: DEPCA, 2025.

Os dados coletados indicam um aumento progressivo das denúncias ao longo dos anos, especialmente nos meses de abril, maio e junho. Em 2020, os registros eram relativamente baixos, com 17 denúncias em abril, 28 em maio e 43 em junho. Em 2021, já houve um aumento, alcançando

26, 37 e 45 denúncias nos mesmos meses. O crescimento continuou em 2022, com 35, 41 e 45 registros.

O aumento mais expressivo ocorreu em 2023 e 2024. Em 2023, os números saltaram para 84 denúncias em abril, 100 em maio e 91 em junho. Em 2024, os registros atingiram o pico, com 103 denúncias em abril, 122 em maio e 114 em junho. Esses dados refletem não apenas um possível aumento da violência infantil, mas também uma maior conscientização da sociedade e uma melhoria nos canais de denúncia.

Diversos fatores socioeconômicos podem estar associados ao aumento dos casos de violência infanto-juvenil no Amazonas:

Crise Econômica e Social: Eventos como a seca na região Norte do Brasil em 2023-2024 impactaram negativamente a economia local, afetando setores como o turismo e a indústria. Comunidades dependentes dessas atividades enfrentaram dificuldades econômicas, o que pode ter contribuído para o aumento da vulnerabilidade social e, consequentemente, da violência contra crianças e adolescentes (Brasil, 2023).

Desigualdades Socioeconômicas: O Amazonas apresenta disparidades econômicas significativas entre seus municípios. Enquanto Manaus possui um Produto Interno Bruto (PIB) elevado, outras regiões enfrentam desafios econômicos que podem influenciar os índices de violência (IBGE, 2019).

Questões de Saúde Pública: A crise humanitária ianomâmi em 2022-2023 evidenciou a precariedade dos serviços de saúde e a vulnerabilidade de populações indígenas no estado. A desnutrição e a falta de acesso a serviços básicos aumentam a exposição de crianças e adolescentes a situações de risco (Brasil, 2023).

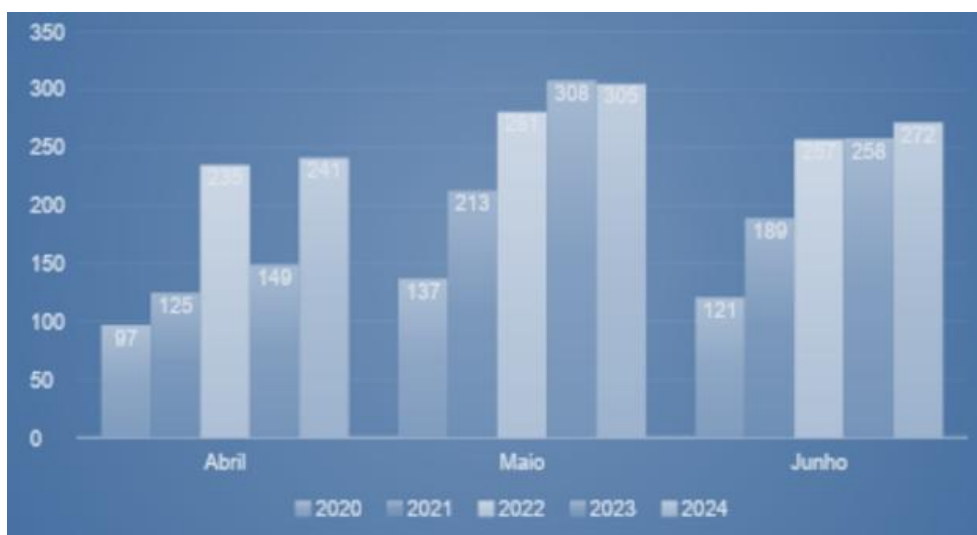
Especificidades da Região: A geografia do estado do Amazonas impõe desafios únicos ao enfrentamento da violência infanto-juvenil. A extensa área territorial, a predominância de comunidades ribeirinhas e a limitação do acesso aos serviços de segurança e justiça tornam o fluxo de denúncias mais lento e muitas vezes ineficaz. Em regiões remotas – as quais existem inclusive na área do município de Manaus – a falta de delegacias especializadas próximas e a dificuldade de deslocamento das vítimas até os centros urbanos contribuem para que crimes permaneçam impunes. Além disso, a precariedade das estruturas de atendimento às vítimas, a escassez de equipes multidisciplinares e o déficit de efetivo policial agravam ainda mais o cenário.

Educação e Conscientização: A implementação de campanhas educativas e programas de apoio, como o Disque 100, pode ter levado a um aumento nas denúncias, refletindo maior conscientização da população sobre a importância de reportar casos de violência (Brasil, 2025).

A correlação entre o aumento dos registros de violência contra crianças e adolescentes e os fatores socioeconômicos no Amazonas sugere a necessidade de políticas públicas integradas que abordem tanto a melhoria das condições econômicas e sociais quanto o fortalecimento dos mecanismos de proteção e denúncia. Investimentos em educação, saúde e infraestrutura, aliados a campanhas de conscientização, são essenciais para a redução desses índices e a promoção do bem-estar infanto-juvenil na região.

A análise detalhada dos registros de denúncias ao Disque 100 relativas à violência contra crianças e adolescentes em Manaus entre 2020 e 2024 indica um aumento progressivo no número de ocorrências registradas, conforme evidenciado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Denúncias ao Disque 100



Fonte: DEPCA, 2025.

A relação entre a intensificação de campanhas educativas e o aumento das denúncias ao Disque 100 é evidente. Essas iniciativas não apenas informam a população sobre a existência do serviço, mas também a encorajam a utilizar o canal para reportar violações de direitos humanos. Consequentemente, observa-se um crescimento contínuo no número de denúncias registradas, refletindo uma sociedade mais consciente e proativa na proteção de direitos fundamentais.

Diversos fatores podem ter contribuído para essa elevação nas denúncias. Entre eles, destacam-se:

Conscientização e Campanhas Educativas: Iniciativas como o Maio Laranja têm sido fundamentais para ampliar o conhecimento da população sobre a importância da denúncia e os meios disponíveis para realizá-la (Brasil, 2022).

Melhoria nos Canais de Denúncia: O acesso facilitado a canais como o Disque 100 e plataformas digitais pode ter incentivado mais vítimas e testemunhas a relatarem casos de violência (Souza, 2023).

Impactos da Pandemia: A pandemia da COVID-19 trouxe desafios significativos para a proteção infantil, aumentando a vulnerabilidade de crianças e adolescentes e tornando mais evidente a necessidade de mecanismos eficazes de denúncia (Dornelles et al., 2021).

O Maio Laranja é um movimento nacional que busca combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Durante esse período, diversas ações são promovidas para conscientizar a população sobre o tema e incentivar as denúncias. Como demonstrado pelos dados, o mês de maio apresenta picos de denúncias, o que pode estar diretamente relacionado à intensificação das campanhas de conscientização e incentivo à denúncia (Silva et al., 2021).

A campanha Maio Laranja tem como objetivo mobilizar a sociedade para a proteção da infância, alertando sobre os sinais de abuso e incentivando a denúncia. Segundo Martins e Passos (2024) as campanhas de conscientização têm papel vital na redução da subnotificação dos casos de violência infantil.

Com base nos dados apresentados, percebe-se que o aumento das denúncias em maio pode indicar maior confiança na rede de proteção e na segurança para denunciar casos de violência. Estudos indicam que o medo e a falta de informação muitas vezes impedem que crianças e adolescentes relatem situações de abuso (Silva et al., 2020; Souza, 2023).

Apesar do aumento das denúncias, a subnotificação ainda é um grande desafio. Muitas vítimas não denunciam por medo, vergonha ou falta de acesso a informações sobre seus direitos (Silva et al., 2020). Especialistas apontam que os números reais de casos de violência infantil podem ser significativamente maiores do que os registrados, tornando essencial a ampliação das políticas públicas de proteção e acolhimento às vítimas.

O aumento progressivo no número de registros tanto na DEPCA quanto no Disque 100 sugere um cenário em que a violência contra crianças e adolescentes se tornou uma preocupação crescente, resultando em mais denúncias e consequentemente demonstra uma inquietação da população em geral quanto ao tema. Esse crescimento pode ser atribuído a vários fatores, incluindo maior conscientização da população sobre o processo de denúncia e a ampliação de campanhas educativas. Além disso, fatores socioeconômicos e culturais também desempenham um papel significativo nesse aumento, especialmente em contextos como o do Amazonas, onde a desigualdade social e a crise econômica impactam diretamente a vulnerabilidade das crianças e adolescentes.

Diversos estudos apontam que, em regiões economicamente mais desfavorecidas, a falta de acesso a serviços públicos de saúde, educação e proteção social aumenta o risco de violência. Um estudo realizado por Costa *et al.* (2021) revelou que em áreas com maior desigualdade econômica e social, o aumento da violência contra menores está frequentemente relacionado à falta de políticas públicas adequadas e à sobrecarga dos serviços de assistência.

Por exemplo, as disparidades entre a capital (Manaus) e os municípios do interior do Amazonas são evidentes, com algumas localidades apresentando índices de pobreza e desemprego elevados, fatores que contribuem para um ambiente propício à violência. As populações mais vulneráveis, como as famílias em situação de extrema pobreza, têm maior propensão a viver em contextos de risco, incluindo a violência doméstica e a exploração sexual infantil (Oliveira, 2022).

A implementação de programas de apoio, como o Disque 100, e a constante ampliação da cobertura de campanhas educativas são passos positivos para aumentar a conscientização e o número de denúncias. Entretanto, os fatores socioeconômicos ainda são um grande desafio para reduzir os índices de violência. O aumento das denúncias pode também ser interpretado como reflexo de um maior reconhecimento da sociedade sobre a importância de denunciar, mas é importante destacar que os números não necessariamente representam um aumento real na violência, mas sim uma melhoria na visibilidade e na cobertura de casos (Brasil, 2025).

4 SUBNOTIFICAÇÃO: O PESO DO SILÊNCIO

A subnotificação dos casos de violência infanto-juvenil é uma realidade alarmante, sendo um dos maiores obstáculos no combate a essa grave violação de direitos. Muitas vítimas de violência, seja física, psicológica ou sexual, permanecem em silêncio devido a uma série de fatores que impedem a denúncia, resultando na invisibilidade dos casos e na ausência de medidas adequadas de proteção e intervenção. A literatura científica revela que a subnotificação está intimamente relacionada ao medo, à falta de confiança nas instituições e à falta de conscientização sobre os canais de denúncia, o que tem um impacto direto na eficácia das políticas públicas de enfrentamento à violência infanto-juvenil.

A pesquisa de Fernandes *et al.* (2020) aponta que a subnotificação no contexto brasileiro é um fenômeno significativo, especialmente no que diz respeito à violência sexual contra crianças e adolescentes. Eles afirmam que aproximadamente 70% dos casos de abuso sexual infantil no Brasil não são reportados, o que representa um desafio imenso para os esforços de combate a esse tipo de violência. A subnotificação compromete a coleta de dados reais sobre a magnitude do problema,

dificultando o planejamento de ações públicas eficientes e a alocação de recursos para o enfrentamento da violência.

Diversos fatores contribuem para essa falta de notificação. Um dos principais é o medo das vítimas de sofrerem retaliações por parte dos agressores, especialmente quando estes fazem parte do núcleo familiar. Esse medo é ainda mais intensificado pela vergonha e pelo sentimento de culpa que muitas crianças e adolescentes experimentam. Em sua pesquisa, Silva e Pereira (2020) argumentam que o abuso sexual familiar é particularmente desafiador, pois as vítimas muitas vezes se sentem isoladas e não conseguem confiar em ninguém para buscar ajuda. A pesquisa destaca também que a falta de informação sobre os canais de denúncia e a sensação de que nada será feito caso o abuso seja relatado também contribuem para a subnotificação.

A subnotificação também está associada à falta de formação e treinamento adequado dos profissionais que atuam na linha de frente, como professores, médicos e psicólogos. Estudos indicam que muitos desses profissionais não são capacitados para identificar sinais de abuso ou para lidar com denúncias de forma sensível e eficaz. Segundo Oliveira *et al.* (2021), a capacitação desses profissionais é crucial para o aumento das notificações de violência infanto-juvenil. A falta de protocolos claros de atuação nos serviços de saúde e educação resulta em um sistema de proteção ineficiente, o que contribui para a subnotificação e perpetuação da violência.

Outro fator que impede a denúncia é a desconfiança nas instituições responsáveis por acolher as vítimas e punir os agressores. A pesquisa de Pereira e Lima (2018) sugere que muitas famílias e vítimas não acreditam que as autoridades tomarão providências concretas em relação aos casos denunciados. A falta de transparência nos processos de denúncia, aliada à impunidade em muitos casos, cria um ambiente de descrédito nas instituições, desestimulando as vítimas a procurarem ajuda.

A desigualdade social também tem um papel importante na subnotificação. De acordo com os estudos de Souza *et al.* (2020), a pobreza e a falta de acesso a serviços de saúde e educação especializados nas regiões mais afastadas do Brasil contribuem para que muitos casos de violência infanto-juvenil não sejam reportados. Nessas áreas, a falta de infraestrutura e a distância dos centros urbanos dificultam o acesso das vítimas aos serviços de denúncia e proteção. O isolamento social e a escassez de informações sobre os direitos das crianças e adolescentes agravam ainda mais a situação.

É importante destacar que, além dos fatores citados, a subnotificação tem consequências graves para as vítimas. A falta de intervenção no momento adequado pode resultar em sequelas físicas e psicológicas a longo prazo. A pesquisa de Silva e Pereira (2020) aponta que, quando a violência contra crianças e adolescentes não é tratada de forma adequada, ela pode levar ao desenvolvimento

de transtornos emocionais, como depressão, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático, além de afetar a capacidade de socialização e o desempenho acadêmico.

Outro fator a ser destacado como fator influenciador da insistência de muitos casos subnotificados é a sensação de impunidade resultante da conjuntura de elementos que fomentam a perpetuação da violência. Quando vítimas e comunidades percebem que as denúncias não resultam em respostas céleres e eficazes, há um desestímulo à formalização de novos casos. O ciclo de violência se intensifica à medida que os agressores não enfrentam consequências legais imediatas, reforçando comportamentos criminosos e perpetuando a vulnerabilidade das crianças e adolescentes.

Portanto, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas para reduzir a subnotificação dos casos de violência infanto-juvenil. A capacitação dos profissionais da saúde e educação, a criação de canais de denúncia mais acessíveis e a conscientização da sociedade sobre a importância da denúncia são estratégias essenciais para enfrentar esse problema. A construção de uma rede de proteção eficaz e a garantia de um atendimento adequado às vítimas são passos fundamentais para garantir os direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

5 A IMPORTÂNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS PARA O ENCORAJAMENTO DA DENÚNCIA

Campanhas educativas desempenha papel essencial na promoção da conscientização pública e na redução do silêncio em torno da violência doméstica (Who, 2016). As campanhas educativas desempenham um papel crucial no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, especialmente no combate à subnotificação de crimes e no incentivo às denúncias. A violência contra esse grupo vulnerável é uma problemática social que, muitas vezes, permanece invisível devido a barreiras como falta de informação, medo, tabus sociais e desconfiança nas instituições. Nesse contexto, campanhas educativas são ferramentas poderosas para conscientizar a sociedade, ampliar o conhecimento sobre direitos e mobilizar comunidades na proteção da infância.

A subnotificação é um fenômeno que dificulta a identificação e o combate à violência. Muitas famílias e até mesmo as vítimas não denunciam por desconhecerem os canais apropriados ou por não reconhecerem a situação vivida como violência. Além disso, o medo de represálias ou a dependência emocional e financeira do agressor frequentemente impedem que as denúncias cheguem às autoridades. Somado a isso, questões culturais e o estigma associado à violência intrafamiliar contribuem para a perpetuação do silêncio.

Nesse cenário, campanhas educativas se destacam como uma estratégia essencial para promover mudanças significativas. Essas campanhas têm como objetivo principal informar a

população sobre como identificar sinais de abuso ou negligência e como agir em situações de violência. Quando as mensagens chegam de forma clara e acessível, elas têm o poder de transformar a maneira como a sociedade percebe e reage a esses crimes. Além disso, ao divulgar canais de denúncia, como o Disque 100, e explicar seu funcionamento, as campanhas eliminam barreiras práticas que muitas vezes dificultam o registro das ocorrências.

Outro aspecto importante das campanhas é sua capacidade de quebrar o ciclo de silêncio que acompanha os crimes contra vulneráveis. Ao abordar a questão de forma direta, mas sensível, essas iniciativas ajudam a romper os tabus e mitos que impedem que muitas vítimas e suas famílias busquem ajuda. O engajamento de escolas, organizações comunitárias, igrejas e outros espaços de convivência potencializa o impacto das campanhas, pois torna a mensagem mais próxima e relevante para as comunidades locais.

Para alcançar resultados efetivos, é necessário que as campanhas educativas sejam bem planejadas e executadas. Utilizar uma linguagem acessível, que dialogue diretamente com diferentes públicos, é essencial para garantir a compreensão e o engajamento. Além disso, é importante que as campanhas sejam veiculadas em multiplataformas, como televisão, rádio, redes sociais e espaços comunitários, para alcançar o maior número possível de pessoas. A parceria com governos, organizações não governamentais, empresas privadas e mídia também é fundamental para ampliar o alcance e a eficácia das ações.

Campanhas bem-sucedidas frequentemente utilizam histórias reais e testemunhos como forma de sensibilizar o público, mostrando o impacto da violência e o poder da denúncia para mudar realidades. Mais do que apenas informar, essas iniciativas buscam empoderar comunidades, tornando-as agentes ativas na proteção das crianças e adolescentes. Exemplo disso são campanhas como “Faça Bonito”, que mobiliza a sociedade no combate ao abuso e exploração sexual de menores, e esforços para popularizar o Disque 100, que têm contribuído para o aumento do registro de casos.

Os resultados esperados das campanhas educativas incluem a redução significativa da subnotificação, já que a informação clara e acessível encoraja mais pessoas a denunciarem. Com mais casos registrados, o sistema de proteção consegue identificar e tratar um número maior de vítimas, além de responsabilizar os agressores. A longo prazo, campanhas consistentes promovem mudanças culturais que ajudam a desconstruir percepções e comportamentos que normalizam ou silenciam a violência.

Assim, as campanhas educativas não apenas alertam a sociedade para a gravidade do problema, mas também criam uma cultura de proteção e cuidado com a infância. Elas são um instrumento indispensável na luta contra a violência e um passo fundamental para garantir que

nenhuma criança ou adolescente sofra em silêncio. Por meio da conscientização e da mobilização social, as campanhas educativas são capazes de salvar vidas e construir um futuro mais seguro e digno para as próximas gerações.

6 UMA REALIDADE AINDA SUBESTIMADA

Embora o aumento dos registros seja um indicador de maior conscientização e visibilidade, a dimensão real da violência infanto-juvenil em Manaus é provavelmente muito maior. Estudos indicam que para cada caso registrado, outros tantos permanecem ocultos, perpetuando o ciclo de violência.

Como solução para Enfrentar a Subnotificação enxerga-se como alternativa primeiramente compreender a verdadeira extensão do problema, sendo necessário para tanto a promoção de campanhas de conscientização que devem informar a população sobre como identificar sinais de violência e denunciar com segurança, enfatizando que proteger crianças e adolescentes é um dever coletivo.

Além disso, necessário se faz o fortalecimento dos canais de denúncia ampliando o alcance de canais como o Disque 100 e criar plataformas de denúncia acessíveis em áreas remotas pode aumentar significativamente o número de casos registrados. A coordenação entre sociedade civil e instituições públicas é essencial para romper o ciclo de violência e proteger os direitos das crianças e adolescentes (UNICEF, 2019).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou o aumento progressivo dos registros de ocorrência criminal relacionados à violência infanto-juvenil na capital do estado do Amazonas, Manaus, entre os anos de 2020 e 2024. O estudo evidenciou que, apesar do aumento significativo nas denúncias, tanto por meio da DEPCA quanto pelo Disque 100, a violência infanto-juvenil ainda permanece como um problema alarmante e multifacetado.

Os dados coletados mostram uma tendência de crescimento das ocorrências, o que pode ser interpretado sob diferentes perspectivas. Por um lado, o aumento dos registros pode refletir um processo de conscientização mais robusto da sociedade e das vítimas, que estão mais inclinadas a denunciar abusos e outras formas de violência.

A implementação de programas de conscientização e a divulgação de canais de denúncia, como o Disque 100, são fundamentais na ampliação das notificações. Por outro lado, o crescimento da violência pode estar diretamente associado a fatores socioeconômicos e culturais, como a pobreza, a falta de acesso a serviços públicos de qualidade e as desigualdades regionais, que contribuem para a vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

É importante destacar que a análise dos registros de ocorrência criminais não deve ser tomada como única medida para avaliar a realidade da violência infanto-juvenil. A subnotificação e a subavaliação de muitos casos de abuso e negligência ainda são desafios constantes. Além disso, a complexidade da violência contra crianças e adolescentes exige uma abordagem integrada, que envolva não apenas as autoridades policiais, mas também o sistema de saúde, educação e assistência social.

A partir dos dados observados, é possível concluir que o aumento dos registros de violência infanto-juvenil em Manaus reflete, de maneira significativa, a necessidade urgente de uma maior atuação das políticas públicas de prevenção e apoio às vítimas. O fortalecimento das campanhas educativas, a ampliação do acesso a serviços especializados e o treinamento de profissionais para identificar e responder a casos de abuso são passos fundamentais para garantir a proteção de crianças e adolescentes.

Dessa forma, o aumento dos registros de ocorrência em Manaus deve ser analisado sob duas perspectivas complementares: por um lado, a redução da subnotificação representa um avanço na luta contra a violência infanto-juvenil, pois possibilita um diagnóstico mais realista da problemática; por outro, as barreiras estruturais, geográficas e institucionais do Amazonas ainda dificultam a resposta eficaz do sistema de justiça, ampliando a sensação de impunidade e permitindo que a violência continue a se manifestar. Superar esses desafios exige investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação de profissionais e fortalecimento das políticas públicas de proteção à infância, garantindo que o direito das crianças e adolescentes à segurança e dignidade seja plenamente assegurado.

A sociedade deve entender que a violência infanto-juvenil não é um problema isolado e que sua erradicação depende de uma mobilização conjunta entre governo, instituições de ensino, saúde, segurança e a própria comunidade. Para isso, é fundamental investir em políticas públicas de longo prazo que possam garantir os direitos das crianças e adolescentes, assegurar um ambiente seguro e saudável para seu desenvolvimento e, acima de tudo, romper com o ciclo de violência que compromete o futuro de milhares de jovens no estado do Amazonas e em todo o Brasil.

Por fim, a violência infanto-juvenil em Manaus é um reflexo de problemas estruturais e culturais que exigem ações imediatas, integradas e contínuas, e, mais do que nunca, é necessário

garantir que o aumento nos registros não seja apenas uma estatística, mas sim um alerta para a necessidade de proteção e valorização da infância e adolescência na capital amazonense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico: Análise dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2015-2021)**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/boletins-epidemiologicos>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Crise humanitária ianomâmi em 2022-2023: relatório de situação**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/crise-ianomami-relatorio-2023>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Relatório de Violência Contra Crianças e Adolescentes: Disque 100**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/relatorio-de-violencia-disque100>. Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Disque 100**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/disque-100/disque-100>. Acesso em: 01 mar. 2025.

COSTA, Ana Luísa; SANTOS, Pedro Tavares; SOUZA, Rafael Moreira. Impactos da desigualdade social no aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 29, n. 4, p. 87-102, 2021. DOI: 10.1590/1234-5678.2021.0224.

DEPCA. **Delegacia Especializada Em Proteção À Criança E Ao Adolescente**. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/tag/depca/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

DORNELLES, Thayane Martins; MACEDO, Andréia Barcellos Teixeira; ANTONIOLLI, Liliana; VEGA, Edwing Alberto Urrea; DAMACENO, Adalvane Nobres; SOUZA, Sônia Beatriz Cocaro de. Características da violência contra crianças no município de Porto Alegre: análise das notificações obrigatórias. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 2, p. 1-8, 2021.

FERNANDES, Maria de Lourdes; SILVA, Denise Figueiredo; COSTA, Lúcia Pereira. Subnotificação da violência sexual infantil: um estudo epidemiológico. **Jornal Brasileiro de Pediatria**, v. 87, p. 130-137, 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: 01 mar. 2025.

MARTINS, Ana Flávia; PASSOS, Joana Freiras. **Canais de denúncia e o combate à violência infantil**. São Paulo: Editora Jurídica, 2024.

MINAYO, Maria Cecília. **Violência e saúde**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

NASCIMENTO, Alexandre Ferreira do; DESLANDES, Suelly Ferreira. A construção da agenda pública brasileira de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.l.], v. 32, n. 4, p. e000006, 2016.

OLIVEIRA, Andréia Costa; LIMA, Mara Pereira; SANTOS, Francisco Antônio. Violência contra crianças e adolescentes: um estudo sobre as barreiras para a denúncia. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 34, n. 1, p. 45-56, 2021

OLIVEIRA, Carolina Silva; OLIVEIRA, José. Violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1115-1123, 2019.

OLIVEIRA, João Fernando. O papel das políticas públicas na redução da violência infantil: um estudo da situação no Amazonas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 45-61, 2022. DOI: 10.1590/abc-2022-01.

OLIVEIRA, Nathália França de; MORAES, Claudia Leite de; JUNGER, Washington Leite; REICHENHEIM, Michael Eduardo. Violência contra crianças e adolescentes em Manaus, Amazonas: estudo descritivo dos casos e análise da completude das fichas de notificação, 2009-2016. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e2000012, 2020.

PEREIRA, Luciana; LIMA, Ronaldo. A efetividade das políticas públicas no enfrentamento da violência infanto-juvenil no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 34, n. 1, p. 45-56, 2018.

SILVA, José Carlos; PEREIRA, Marta. Consequências da violência infanto-juvenil: impacto psicológico e social. **Revista de Psicologia e Sociedade**, v. 31, n. 2, p. 204-218, 2020.

SILVA, Paulo Henrique *et al.* Efeitos de campanhas de conscientização no enfrentamento da violência sexual. **Cadernos de Políticas Públicas**, v. 12, n. 3, p. 101-119, 2020.

SILVA, Rodrigo *et al.* The challenges of confronting violence against children and adolescents: Barriers to breaking the silence. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. e00112020, 2020.

SIMBINE, Monica Bernardo. Violência contra crianças e adolescentes no estado do Amazonas: um evento para pensar em uma cultura de paz. 67 f. **Dissertação** (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

SOUZA, Mariana; COSTA, Júlia; LIMA, Henrique. A importância da conscientização para enfrentar a violência infanto-juvenil no Brasil. **Revista de Psicologia e Sociedade**, v. 31, n. 2, p. 204-218, 2020.

SOUZA, Reinaldo Cardoso. Maio Laranja: Conscientização e enfrentamento da violência sexual infantil. **Revista Brasileira de Direitos Humanos**, v. 9, n. 1, p. 77-92, 2023.

UNICEF. **World Report on Child Violence Prevention**. New York: UNICEF, 2019.

VIEIRA, Monique Soares Rompendo o silêncio: o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no âmbito dos CREAS tocantinenses. 250 f. **Tese** (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, 2015.

WHO. World Health Organization. **INSPIRE: Seven Strategies for Ending Violence Against Children**. Geneva: WHO, 2016.

Direitos autorais 2026 – Revista de Direito Socioambiental – ReDiS

Organizadores:

Dr. Elson Santos Silva

Dr. João da Cruz

Dr.^a Jéssica Painkow Rosa Cavalcante

Dr.^a Maurides Macêdo

Dr. Thiago Henrique Costa Silva

Dr.^a Vilma de Fátima Machado

Dr.^a Helena Esser

Editor responsável: Thiago Henrique Costa Silva.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.